

# METAMORFOSES DA GEOPOLÍTICA PORTUGUESA

José Palmeira

CICP, Universidade do Minho,  
<https://orcid.org/0000-0002-3256-2062>  
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.21>

A presidência de António Costa do Conselho Europeu, efetiva a partir de dezembro de 2024, releva o protagonismo de vários atores políticos portugueses em organizações internacionais e nomeadamente na União Europeia (UE). Acontece numa conjuntura particularmente complexa, resultado de uma guerra às portas do Velho Continente (invasão da Ucrânia pela Federação Russa), coincidente com uma crise inflacionista que levou ao aumento das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (BCE) e num quadro de indefinição quanto ao futuro das relações euro-atlânticas, em função do resultado das eleições presidenciais norte-americanas. As questões europeias e globais não eram uma preocupação dominante dos portugueses há cinquenta anos atrás. Não porque outros problemas não existissem,

nem porque estivessem imunes aos seus efeitos. Acontece que o país estava voltado para si próprio, a cuidar de mazelas internas e a aprender a viver num contexto de Liberdade e democratização.

A criação da Universidade do Minho (UMinho), há 50 anos, assinala, também, a entrada em funcionamento da primeira licenciatura de Relações Internacionais em Portugal, fruto da capacidade visionária de Lúcio Craveiro da Silva (que viria a ser o primeiro reitor democraticamente eleito das Universidades portuguesas), o qual percebeu o facto de a abertura política em Portugal ter como consequência a sua maior inserção na comunidade internacional e a necessidade de criar quadros capazes de compreender e interagir nesse novo modelo.

Através dos colóquios anuais de Relações Internacionais e de sucessivas vagas de licenciados e, posteriormente, mestres e doutores, a UMinho foi pioneira no desenvolvimento desta área científica em Portugal, entretanto alargada a outras instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.

O cinquentenário da UMinho, que coincide, grosso modo, com o da democratização do regime político em Portugal, é testemunho de um conjunto de mudanças políticas e geopolíticas que ocorreram ao longo de meio século. Projetada durante a *Primavera Marcelista* que augurava uma abertura política que não se materializou, a UMinho acaba, ela própria, por simbolizar a mudança operada em 25 de abril de 1974, inaugurando um modelo de gestão matricial, de inspiração anglo-saxónica, inovador no plano nacional e recebendo nos seus quadros de pessoal docente e não docente muitos dos portugueses que a descolonização fez regressar ao continente europeu.

O chamado “fim do império” é uma das principais alterações geopolíticas que ocorreram em Portugal. Órfão do império ultramarino, Portugal confinou-se ao “triângulo estratégico” continente-Açores-Madeira, em termos de soberania nacional. Se é verdade que o condicionamento do regime era uma realidade no plano político internacional, fruto da sua natureza autoritária e do colonialismo que, a partir de 1961, dera origem a uma resistência armada, também é um

facto que no plano geopolítico a relevância estratégica do território português – máxime dos Açores – no contexto da Guerra Fria, tinha aberto a Portugal as portas da Aliança Atlântica (OTAN/NATO), em 1949, tornando-o o único Estado membro com um regime não democrático. A participação na NATO e uma década volvida na Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA) demonstra que não era completamente verdadeira a asserção de que Portugal era um país “orgulhosamente só”.

A adesão à NATO ocorreu a contragosto do Estado Novo, fruto do receio do regime de ficar sob a alçada norte-americana que poderia comprometer o colonialismo português, para além do temor de o convívio com as “democracias liberais” poder contagiar as altas-patentes militares portuguesas (o que terá acontecido com Humberto Delgado). O Pacto Ibérico estabelecido com Espanha, que não fora convidada para a organização, foi o pretexto para a resistência inicial de Lisboa que, no entanto, acabaria por ceder às pretensões de Washington (Telo, 1996). Pelo contrário, no caso da EFTA prevaleceu a vontade lusa de fazer parte de um espaço económico de cooperação, sem os condicionamentos do processo de integração encetado pela Comunidade Económica Europeia (CEE). O Reino Unido acabou por funcionar como um *pivot* em ambos os processos, no caso da NATO por procuração dos Estados Unidos, e em relação à EFTA no convencimento dos parceiros nórdicos inicialmente reticentes à participação portuguesa.

A entrada de Portugal nas Nações Unidas (ONU), em 1955, dez anos volvidos sobre a sua fundação, coincidiu com uma fase anti-colonialista da organização e teve como consequência sucessivas condenações ao colonialismo português, tanto por parte da Assembleia Geral como da Comissão de Descolonização da ONU.

Considerado o “annus horribilis” do Estado Novo, 1961 fica marcado pela ocupação dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu por parte da União Indiana e pelo início da guerra colonial em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau. A questão colonial foi decisiva para o regime, fruto da pressão externa para descolonizar que

incluiu aliados como os Estados Unidos (sobretudo com o Presidente Kennedy, no início dos anos 60) e o Vaticano (o Papa Paulo VI recebeu líderes de movimentos de libertação, em 1970), além do descontentamento corporativo dos capitães portugueses ter despoletado o movimento que em 25 de abril de 1974 concretiza o golpe de Estado que depõe o regime então vigente.

Portugal acabou por ser o primeiro e o último colonizador, tendo o calendário da descolonização precipitado um conjunto de dificuldades, tanto devido a questões endógenas como exógenas ao processo. Em primeiro lugar as sequelas próprias do período revolucionário vivido em Portugal, a que se soma a incapacidade de gestão do processo, fruto da natural tensão entre colonizadores e colonizados, sem qualquer mediação internacional, e além disso os jogos de influência típicos da Guerra Fria, com a interferência das principais potências que apoiavam diferentes movimentos de libertação. Timor-Leste, invadido pela Indonésia em 1975, e Angola, com uma guerra civil entre 1975 e 2002, foram as principais vítimas das rivalidades geopolíticas, merecendo ambos os conflitos a atenção da política externa portuguesa.

Apontado pelo cientista político norte-americano Samuel Huntington como ponto de partida da terceira vaga de democratizações, o golpe de Estado militar em Portugal, entretanto transformado em processo revolucionário, suscitou tensões tanto no plano político como geopolítico. As eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975 e a aprovação da nova Constituição, um ano volvido, mostraram a preferência dos eleitores por partidos políticos pró-ocidentais e pró-europeus no plano da governação e afastou as dúvidas existentes quanto ao rumo a tomar em matéria de política externa.

Portugal mudou de regime quando em Helsínquia estava reunida a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa juntando os dois blocos da Guerra Fria. A fidelidade ao bloco ocidental é confirmada em 25 de novembro de 1975, quando o setor militar moderado anula tentativas de sobreposição à vontade popular expressa nas urnas. Estava aberto o caminho para uma alteração geopolítica

significativa, operada com o pedido de adesão às Comunidades Europeias, formulado pelo então ministro do Negócios Estrangeiros de Mário Soares, Medeiros Ferreira, em 1977, e que viria a receber a luz verde de Bruxelas.

Embora Portugal não preenchesse as condições económicas requeridas para a adesão às Comunidades Europeias, o “sim” dos então nove Estados Membros à sua pretensão obedeceu, sobretudo, a um critério político (de resto também aplicado à Grécia e a Espanha), tendo em vista o apoio à democratização dos países da Europa do Sul que tinham em comum o facto de terem saído de regimes autoritários – tal como aconteceria anos mais tarde, em 2004, relativamente à maioria dos dez novos Estados membros, também eles recentemente libertados de regimes totalitários.

Tradicionalmente de costas voltadas para a Europa e virado para o mar, que é como quem diz para o seu império ultramarino, Portugal concretiza, em 1986, com a sua entrada nas Comunidades Europeias, uma viragem geopolítica de 180 graus, passando a valorizar sobretudo o processo de integração europeia.

Esta mudança geopolítica acentua-se com o fim da Guerra Fria, preanunciado em 1989, com a queda do Muro de Berlim, e concretizado em 1991, com a implosão da União Soviética e o fim do Pacto de Varsóvia. A geoeconomia acaba por sobrepor-se à geopolítica, valorizando-se os espaços de integração económica (CEE) em detrimento dos blocos militares (NATO). Sendo certo que a CEE representou para Portugal a sua modernização, com a integração no mercado comum e, mais tarde, na moeda única europeia, também se pode afirmar que Portugal não deixou de influenciar aquela que nos anos noventa se passou a designar de União Europeia.

Enquanto que a Espanha desenvolveu a vertente mediterrânica da UE, a partir do Processo de Barcelona (1995) – que mais tarde, em 2008, conduziu à criação da União para o Mediterrâneo, por iniciativa do então Presidente francês, Nicolas Sarkozy – e aproximou a Europa da América Latina, Portugal acentuou a vertente atlantista da União, secundando países como o Reino Unido, num relacionamento

transatlântico apenas quebrado durante a Administração norte-americana de Donald Trump (2017-2021) que, de resto, iria coincidir com a saída de Londres da UE (Brexit), concretizada em 2020.

O atlantismo português tem as suas raízes no seu historial marítimo, dos séculos XV e XVI, e materializou-se, no plano bilateral, com o acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, celebrado em 1944 – que permitiu aos norte-americanos a utilização para fins militares da Base das Lajes, nos Açores – e, no âmbito multilateral, com a participação de Portugal na NATO (Alves, 2017; Dias, 2014; Lima, 2016; Palmeira, 2016).

Periférico na União Europeia, mas central no espaço euro-atlântico (com o arquipélago dos Açores a vincar essa centralidade), Portugal valoriza-se no plano geopolítico quando desenvolve essa sua capacidade de ponte entre Bruxelas e Washington. Por outro lado, Lisboa tem também procurado desempenhar o que Adriano Moreira apelidou de “soberania de serviço” nas relações da UE com África e a América Latina. Disso é exemplo o facto de terem sido durante presidências portuguesas do Conselho da UE que se realizaram as primeiras cimeiras UE-África (2000 e 2007) e UE-Brasil (além da UE-Índia, em 2007), tendo ainda sido celebradas, em 2007, a Parceria Estratégica UE-Brasil e a Parceria Especial UE-Cabo Verde (UE, 2008). Um ano antes (2006), Cabo Verde acolheu o primeiro exercício militar da NATO realizado fora da sua área de jurisdição.

Portugal, que tem com Espanha a sua única fronteira terrestre e que com Castela dividiu áreas de influência a conquistar através do Tratado de Tordesilhas (1494), procura historicamente individualizar-se do vizinho no plano geopolítico, acentuando o seu maior atlantismo em contraponto com uma vocação espanhola mais continental e mediterrânica. A entrada tardia de Espanha na NATO (1982) facilitou essa asserção, embora o potencial económico e militar espanhol e o seu historial marítimo mitiguem a geoestratégia portuguesa.

Lisboa e Madrid têm desde a democratização dos respetivos regimes políticos e, sobretudo, após a integração europeia, cooperado tanto no plano bilateral como multilateral, com uma convergência de

pontos de vista na UE e nas prioridades da sua política externa. O caso mais notório aconteceu na polémica cimeira das Lajes, em 2003, em que Portugal foi anfitrião do encontro de chefes do governo dos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha que antecedeu o ataque ao Iraque por alegada existência de armas de destruição massiva (que nunca se confirmou) e que levou ao derrube do seu Presidente, Saddam Hussein.

O então Primeiro-Ministro português, José Manuel Durão Barroso, tornar-se-ia, um ano mais tarde, presidente da Comissão Europeia, cargo que exerceu durante uma década (2004-2014), tendo o seu perfil atlantista sido então considerado uma forma de tentar normalizar as relações entre Washington e Bruxelas, afetadas pelo facto de o eixo franco-alemão se ter recusado a apoiar a iniciativa militar da Casa Branca no Golfo Pérsico.

Além da visão atlantista, Barroso levou para o *Berlaymont* uma estratégia, antes ensaiada em Portugal, de valorizar o espaço marítimo que até aí, para Bruxelas, era apenas sinónimo de pescas (política comum). O seu corolário seria a aprovação, em 2007, durante uma presidência portuguesa da UE, da Política Marítima Integrada europeia, com o intuito de valorizar um setor que representa um dos maiores ativos da União – cujo território é uma península da eurásia que contacta com dois oceanos (Atlântico e Ártico) e quatro mares (Báltico, Norte, Mediterrâneo e Negro) –, culminando com a aprovação da Estratégia Marítima da União Europeia (UE, 2014).

A ascensão de portugueses a cargos de relevância em organismos internacionais é uma característica do pós-25 de Abril que contrasta com o período do Estado Novo. O embaixador José Cutileiro foi secretário-geral da União da Europa Ocidental (1994-1999), uma organização criada em 1954, na sequência do fracasso do Comunidade Europeia de Defesa, e que após longa hibernação foi reabilitada no pós-Guerra Fria para servir os interesses dos países da Europa comunitária em termos de cooperação no setor da Defesa. A UEO, que no tempo da Guerra Fria viveu à sombra da NATO, acabou por se diluir na União Europeia que através da Política Comum de Segurança e

Defesa e da Cooperação Estruturada Permanente (Pesco, 2017), ajudou a desenvolver o pilar europeu da NATO (UE-NATO, 2018).

O Brexit, o distanciamento da Administração Trump em relação à Europa e a invasão russa da Ucrânia fizeram “tocar as campanhas” em Bruxelas quanto à necessidade de uma maior capacidade dos 27 em matéria de segurança e defesa. Desde logo segurança energética que durante décadas dependeu da Federação Russa, mas também capacidade militar, tanto em termos de indústria de defesa como de poder de projeção de forças.

A Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (UE, 2016) já reconhecia que não bastaria à UE servir-se do seu *Soft Power* – conceito cunhado por Nye (1990) – para alcançar os seus objetivos estratégicos. O conflito na Ucrânia expõe essa vulnerabilidade que poderá acentuar-se num cenário de regresso de Trump à Casa Branca (Palmeira, 2019a).

O fim da Guerra Fria criou a ilusão de um futuro de paz, sem clivagens ideológicas nem geopolíticas, falando-se mesmo de uma Europa “do Atlântico aos Urais”. O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht (1992), era o reflexo disso mesmo, mas o otimismo dessa época seria quebrado pelo conflito nos Balcãs, ditado pelo fim da Jugoslávia. E quando o sistema internacional se procurava ajustar à nova conjuntura eis que, no início do século XXI, o terrorismo transnacional ganha visibilidade, com os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Do “fim da história” de Fukuyama (1992) passou-se, muito rapidamente, para o “choque das civilizações” de Huntington (1993), adaptando a NATO o seu conceito estratégico (2010) à nova realidade geopolítica.

A primeira década do século XXI fica marcada pela proliferação do terrorismo transnacional, protagonizado, sobretudo, por grupos fundamentalistas islâmicos, com destaque para a Al Qaeda e o Daesh (Estado Islâmico), facto que esteve na origem da criação, no âmbito da ONU, da Aliança das Civilizações, um fórum destinado a promover o diálogo intercultural e inter-religioso, com incidência nos



mais jovens, e em que o Secretário Geral das Nações Unidas nomeou, em 2007, como Alto Representante o ex-Presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio.

A adaptação das organizações internacionais ao fim do mundo bipolar revelou-se difícil. No cinquentenário das Nações Unidas (1995), que coincidiu com a presidência da Assembleia Geral por parte de Diogo Freitas do Amaral, chefes de Estado e de governo convergiram na necessidade de reformular a organização, incluindo o funcionamento do seu Conselho de Segurança, mas poucos passos foram dados nesse sentido desde então. Apesar disso, não se pode omitir o papel construtivo da organização em muitas situações de conflito, sendo um dos exemplos o caso da independência de Timor-Leste, em 2002, que muito beneficiou do empenhamento da diplomacia portuguesa, tanto no plano bilateral com a Indonésia (Estado ocupante), como no multilateral (União Europeia e ONU), tendo a mediatização deste caso dado origem ao que foi considerado um dos primeiros fenómenos de manifestação de uma opinião pública global (Palmeira, 2010).

A incapacidade reformista das Nações Unidas tem levado ao surgimento de grupos *ad-hoc*, como o G7, G20 e BRICS, destinados a promover a cooperação económica, favorecida pela liberalização do comércio mundial, sobretudo a partir da criação da Organização Mundial do Comércio, em 1995.

A maior tonelagem das mercadorias é transportada por via marítima e a liberalização do comércio coincidiu, temporalmente, com a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar (1994), facto que valorizou os Estados costeiros, como é o caso de Portugal que dispõe de uma vasta zona económica exclusiva e de uma extensa plataforma continental que aguarda ampliação, na base de uma proposta submetida à Comissão de Limites das Nações Unidas. Os oceanos foram o tema da Exposição Internacional de Lisboa, em 1998, destinada assinalar os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia, enquanto que no início do século XXI Lisboa acolhia a Agência Europeia de Segurança Marítima, criada em 2002 (sendo a

capital portuguesa também sede do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, desde 1993).

Fronteira da União Europeia, mas igualmente ponte desta com outros espaços geopolíticos, nas Américas e em África, Portugal tem na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), instituída em 1996, um dos seus principais ativos geoestratégicos, sobretudo em termos da sua ligação ao chamado Sul Global.

Os nove Estados membros da CPLP são na sua maioria africanos e atlânticos – com Moçambique no Índico –, abrangendo ainda a América da Sul (Brasil) e a Ásia-Pacífico (Timor-Leste), para além da Europa (Portugal), o que lhe confere um carácter intercontinental e multicultural.

A organização tem como principal cimento a língua portuguesa (Reto, 2012; Teixeira, 2016) e desenvolve a cooperação em setores estratégicos, como a Defesa e a Energia, neste caso tirando partido do facto de entre os seus membros se encontrarem produtores de petróleo e gás, como Angola e Guiné Equatorial (membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Brasil, Timor-Leste, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Uma vez que todos os seus Estados membros são costeiros e alguns confinam com áreas afetadas por atos de pirataria marítima, como o Golfo da Guiné (Eugénio e Bernardino, 2013), e pelo tráfico de estupefacientes, como a Guiné-Bissau e Cabo Verde – na rota América Latina-África Ocidental-Europa –, a cooperação no domínio da segurança marítima e ambiental também está na lista de prioridades da organização lusófona (Bernardino, 2011; CPLP, 2009, 2015, 2016, 2018).

Ao abrigo da “cidadania lusófona”, os cidadãos dos Estados membros da CPLP não estão sujeitos aos mesmos constrangimentos legais aplicados em Portugal aos imigrantes, o que representa um salto qualitativo no espírito de comunidade que coexiste com o de “cidadania europeia” que se aplica aos nacionais dos 27 Estados membros da UE e que lhes confere direitos cívicos e políticos.

A CPLP é o mais recente pilar da política externa portuguesa que acresce aos da NATO (1949) e da UE (1986). Na senda do

modelo da Commonwealth e da Organização Internacional da Francofonia, a CPLP foi instituída depois de ultrapassados alguns obstáculos de carácter geopolítico. Por um lado, o fim da Guerra Fria libertou os Estados – que estavam vinculados a diferentes blocos – para uma cooperação mais efetiva, por outro, o então representante diplomático do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, teve um papel preponderante na união de vontades que conduziu à novel comunidade.

No historial da CPLP está o apoio à independência de Timor-Leste e à pacificação de conflitos na Guiné-Bissau, bem como, no plano diplomático, a concertação de posições em organizações internacionais, nas eleições para os respetivos órgãos, de forma a garantir uma representação lusófona.

É o que acontece, atualmente, nas Nações Unidas, onde António Guterres foi reeleito para um segundo mandato como secretário-geral. O mesmo tem acontecido ao nível da eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, lugar que Portugal já ocupou em 1979-1980, 1997-1998 e 2011-2012 e volta a ser candidato para o biénio 2027-2028.

António Guterres é secretário-geral da ONU desde 2017, cargo a que ascendeu depois de ter sido Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (2005-2015). A conflitualidade internacional, fruto de guerras civis e regionais, bem como de condições adversas de vida, acentuadas pelas alterações climáticas, tem gerado catástrofes humanitárias e vagas de refugiados, pondo em causa direitos humanos em vários pontos do globo.

Por outro lado, a própria globalização económica promove a mobilidade transnacional, não apenas de mercadorias, mas também de pessoas e de capitais, aumentando o fenómeno migratório, legal e ilegal, proliferando as redes de tráfico humano. Neste sentido, ganhou relevância, nos últimos anos, a Organização Internacional das Migrações, que teve como diretor-geral António Vitorino (2018-2023).

Embora o mérito individual seja uma das condições essenciais para o desempenho de funções relevantes nas organizações internacionais, a origem nacional dos escolhidos não deixa de ser um critério,

não apenas nos casos em que isso é explícito, como também quando está em causa um determinado perfil associado às tradições políticas e diplomáticas dos Estados. Se é verdade que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013) valoriza a centralidade geopolítica que resulta da relação euro-atlântica, com Portugal a funcionar como promotor de pontes intercontinentais (Bernardino e Azevedo, 2015), também é relevante a aposta na centralidade política que é obtida através do exercício de funções de topo na hierarquia de organismos internacionais, por ampliar a capacidade de influência nacional.

A centralidade geopolítica evidencia-se no euro-atlantismo e no multilateralismo (Palmeira, 2019b) que se alarga ao Sul Global, onde pontifica o Brasil e outros Estados da América Latina que com os países ibéricos formam a comunidade ibero-americana, cujos membros (22, na atualidade) se reúnem em cimeiras desde 1991. Já a centralidade política tem sido alcançada com a liderança de organizações internacionais, regionais e globais, ou de instituições que são relevantes no seu seio, como aconteceu com Vítor Constâncio, na vice-presidência do Banco Central Europeu, entre 2010 e 2018, e Mário Centeno, na presidência do Eurogrupo, entre 2018 e 2020.

Portugal tem uma tradição universalista que remonta à sua história marítima e que tem ainda expressão na sua diáspora. Esta característica, simbolicamente representada na esfera armilar que a sua bandeira ostenta, combina com o processo de globalização do sistema internacional que se acentuou desde o fim da Guerra Fria, fruto da democratização do acesso a novas tecnologias (caso da internet), mas também da liberalização do comércio e da facilitação do transporte (companhias *low cost*).

A geopolítica portuguesa assenta em três triângulos estratégicos (Palmeira, 2006): o nacional (continente-Açores-Madeira), o lusófono (Portugal-Brasil-Angola) e o mundial (UE-NATO-CPLP). O triângulo estratégico nacional estabilizou em 1974, com o fim do império colonial e corresponde ao que se costuma designar de fronteira de soberania. O triângulo estratégico lusófono integra os Estados membros da CPLP com maior influência no plano regional e capacidade

de projeção de poder a nível internacional, cobrindo uma área significativa do Atlântico médio e Sul. O triângulo estratégico mundial abrange a fronteira económica e social que para Portugal representa a UE, a fronteira de segurança e defesa constituída pela NATO (cujo artigo 5º do Tratado de Washington garante a defesa coletiva), enquanto a CPLP institui a fronteira linguístico-política que complementa e reforça a influência externa do país.

Assente nestes três pilares, a geopolítica portuguesa privilegia, conjuntamente, cada um deles, em função de fatores endógenos e exógenos, através de uma política de geometria variável.

A União Europeia, dado o carácter supranacional da União Económica e Monetária, é o principal vínculo de Portugal, não se podendo considerar externa ao país, dado o grau de integração já atingido. Por outro lado, o facto de, desde *Maastricht*, a UE apontar para a união política faz com que a soberania dos Estados membros se dilua cada vez mais na casa comum europeia, num processo confederal que poderá evoluir até ao federalismo. A crise financeira que afetou Portugal entre 2011 e 2014 e que obrigou a um programa de assistência, envolvendo a Comissão Europeia, BCE e Fundo Monetário Internacional (FMI), é um exemplo da relevância da UE para Portugal, a que se poderia juntar o benefício resultante da compra conjunta de vacinas durante a pandemia de Covid-19.

Dado o subdesenvolvimento da componente de Defesa na UE, a NATO constitui a principal válvula de segurança de Portugal num contexto de conflitualidade. A indefinição do comprometimento norte-americano com a defesa europeia, num cenário de regresso ao isolacionismo em Washington, constituirá um desafio para os europeus e particularmente para Portugal que sempre privilegiou as relações euro-atlânticas, pela centralidade que lhe conferem.

O poder dos Estados nas relações internacionais não depende apenas de fatores económicos e militares, mas também da sua capacidade de influência no plano cultural que está igualmente associado às tecnologias da informação. A língua portuguesa e o espaço multicultural lusófono têm um potencial significativo, com tradução geopolítica

na CPLP, sendo o idioma de Camões língua oficial das organizações internacionais que os Nove integram e aspira a sê-lo também nas Nações Unidas.

A influência externa de Portugal aumentou significativamente com a liberalização e a democratização do seu regime político iniciada há cinquenta anos. O país internacionalizou-se e comprometeu-se com o projeto de integração europeia, passando de um Estado colonizador para um parceiro entre iguais na comunidade lusófona. Embora já fizesse parte da NATO, deixou de ser um parceiro tolerado apenas em função do interesse geoestratégico do seu território, para se tornar membro capaz de articular a segurança no Atlântico Norte com o Atlântico Sul, fruto das parcerias com países arquipelágicos e costeiros lusófonos.

O mar sob a sua soberania e jurisdição e a língua portuguesa dão profundidade estratégica a Portugal. A diáspora e a diplomacia portuguesas constituem-se também em ativos, a par dos tratados e alianças que vinculam o país no sistema internacional. No entanto, as potencialidades apontadas não podem olvidar as vulnerabilidades evidentes de um país que desde 1974 já solicitou por três vezes a intervenção do FMI para corrigir as suas contas públicas.

A cultura política portuguesa é marcada pelas sequelas do seu passado, ora de expansão, ora de fechamento. Qual “jangada de pedra” – na terminologia de Saramago (Nobel de literatura, em 1998) –, Portugal ora navega ora atraca num mundo global que ajudou a moldar ao longo dos seus quase novecentos anos de história.

#### Referências

Almeida, E., e Bernardino, L. (2013). A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. *Revista Militar* (2532), 43-61.

Alves, D. B. (2017). *Diplomacia Azul: O mar na política externa de Portugal*. Sintra: Caleidoscópio.

Bernardino, L. (2011). A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa* (128), 41-65.

- Bernardino, L., e Azevedo, F. (2015). A nova identidade da CPLP no domínio da Defesa. Impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal. *Lusitana - Política Internacional e Segurança* (12), 105-129.
- CEDN (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Consultado em <[https://www.defesa.pt/documents/20130405\\_cm\\_cedn.pdf](https://www.defesa.pt/documents/20130405_cm_cedn.pdf)>.
- CPLP (2007). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Consultado em [https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVVIS07.pdf](https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVVIS07.pdf).
- CPLP (2009). *Estratégia da CPLP para os Oceanos*. Consultado em [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720\\_CPLP\\_Estrategia\\_Oceanos.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20090720_CPLP_Estrategia_Oceanos.pdf).
- CPLP (2015). *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. Consultado em [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526\\_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf).
- CPLP (2016). *Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*. Consultado em [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915\\_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf).
- CPLP (2018). *Componente da CPLP em Defesa*. Consultado em <https://cplp.defesa.pt/Pages/home.aspx>.
- Dias, C. M. M. (coord.) (2014). *Geopolítica e o Mar*. Lisboa: MGI.
- Fukuyama, F. (1989). *The End of History?* Consultado em <https://www.jstor.org/stable/24027184>.
- Huntington, S. (1993). *The Clash of Civilizations?* Consultado em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>.
- Lima, B. P. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: FFMS.
- Nye, J. (1990). *Soft Power*. Consultado em <https://www.jstor.org/stable/1148580>.
- Palmeira, J. (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Palmeira, J. (2010). O potencial estratégico de Timor-Leste na geopolítica da CPLP. In Leach, M. et al. (Eds.), *Understanding Timor Leste: Proceedings of the Timor-Leste Studies Association Conference* (pp. 41-45). Hawthorn: Swinburne Press.
- Palmeira, J. (2016). O Mar na Geopolítica de Portugal. *Biblos* (2), 117-125.
- Palmeira, J. (2019a). Desafios Geopolíticos à Estratégia Global da UE: Abalo no Pilar Euro-atlântico. In Camisão, I. e Brandão A. (Coord.), *O Estado da União Europeia: Da(s) crise(s) à mudança?* (pp. 125-143). Lisboa: Petrony.
- Palmeira, J. (2019b). Estratégia multilateral portuguesa na ordem global. In Fernandes, S. e Simão, L. (coord.), *O Multilateralismo: Conceitos e Práticas no Século XXI* (pp. 213-237). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Palmeira, J. (2023). The Soft Power of the Community of Portuguese-Speaking Countries (pp. 473-492). In Duarte, P.A.B., Albuquerque, R., e Tavares, A.M.L. (Eds.), *Portugal and the Lusophone World*. Singapore: Palgrave Macmillan. [https://orcid.org/10.1007/978-981-99-0455-6\\_23](https://orcid.org/10.1007/978-981-99-0455-6_23).
- Pesco, 2017. *Permanent Structured Cooperation*. Consultado em <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017D2315&from=EN>>.

Reto, L. (coord.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores. Teixeira, J. (org.) (2016). *O Português como Língua num Mundo Global*. Braga: CELUM.  
Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO: O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Cosmos.

UE (2008). Special partnership with Cape Verde. Consultado em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r13018&from=MT>.

UE (2014). *European Maritime Security Strategy*. Consultado em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2011205%202014%20INIT/EN/pdf>.

UE (2016). European Union Global Strategy. Consultado em [https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy\\_en](https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy_en).

UE-NATO (2018). EU-NATO *Joint Declaration*. Consultado em: [https://www.consilium.europa.eu/media/36096/nato\\_eu\\_final\\_eng.pdf](https://www.consilium.europa.eu/media/36096/nato_eu_final_eng.pdf).

